



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

**CLIPPING
2 de abril
de 2021**

Todas as praias de São Luís estão impróprias para banho, diz Sema

Todas as praias de São Luís estão impróprias para banho, aponta laudo da Sema. - Foto: Raunyr dos Santos.

Segundo o último laudo de condições de balneabilidade das praias da Região Metropolitana de São Luís, divulgado nessa quarta-feira (31), pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema), todos os trechos de praias analisados em São Luís estão impróprios para banho.

De acordo com a Sema, todos os 14 trechos analisados das praias da Ponta d'Areia, Ponta do Farol, São Marcos, praia do Calhau e Olho d'Água estão sem condições de uso pelos banhistas.

Os únicos pontos de praias próprios para banho na Grande Ilha estão em São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

Dos oito trechos analisados nessas cidades, seis estão adequados para serem frequentados, já dois estão impróprios.

Os trechos próprios são: Praia do Meio (São José de Ribamar), Praia do Olho de Porco e Praia do Araçagi (ambas em Paço do Lumiar) e Praia do Olho de Porco e Praia do Mangue Seco (ambas em Raposa). Os impróprios são: Praia do Araçagi (São José de Ribamar, em frente à rampa de acesso e em frente ao Bar da Atalaia).

O laudo refere-se à ação de monitoramento realizada no período de 1º a 29 de março, integrando a série de acompanhamento semanal das condições de balneabilidade das praias da Ilha do Maranhão.

Segundo a Sema, foram coletadas e analisadas amostras de água de 22 pontos distribuídos nas praias de São Luís e trechos de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

O monitoramento obedece aos padrões estabelecidos na Resolução CONAMA nº 274/2000.

A Sema destaca que, com o período chuvoso na Grande Ilha, o volume das chuvas influencia negativamente na qualidade das águas das praias, pois há maior condução de matéria orgânica, vinda da lavagem das vias públicas, para os rios e,

consequentemente, para os mares.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente alerta que, na ocorrência de chuvas, recomenda-se evitar a recreação por, pelo menos, 24h depois das chuvas.

Comissão da OAB pede investigação rigorosa sobre morte de cadela por policial no Reviver

Comissão de Defesa dos Animais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) já entregou para Delegacia de Meio Ambiente as imagens das câmeras de segurança que flagraram a ação policial que terminou com uma cadela pitbull morta a tiros na manhã de terça-feira (30) no Reviver (Centro de São Luís).

A OAB diz que é preciso investigar o policial por maus tratos a animais e também por excesso depois dele ter disparado arma de fogo em uma via pública. Na ocasião, a cadela e os seus filhotes chegaram a ser resgatados por uma clínica veterinária, mas a mãe acabou falecendo. Já os filhotes esperam por adoção.

Atualmente, os três filhotes órfãos encontraram consolo no carinho da fundadora e presidente da ONG Dindas Formiguinhas, Karina Leda Borjas, nas mamadeiras e na companhia de outros cãesinhos resgatados. "Como eles são muito pequenos e ainda estão mamando eles precisam de um cuidado redobrado. Então ontem eles passaram o dia, a noite na "Quatro Patas". Fizeram exames, foram vermifugados, passaram por consulta veterinária pra poder ter a alta e assim seguir pra que a gente faça os cuidados devidos até que eles estejam aptos pra adoção".

A cadela parida ainda estava com os pontos da cirurgia recente e os filhotes ficaram sem a principal protetora. O representante da Comissão de Defesa dos Direitos dos Animais da OAB, Sebastião Uchôa, já encaminhou à delegacia geral um pedido formal de abertura de processo administrativo contra o policial responsável pelo tiro. Ele também pediu a Delegacia de Meio Ambiente que o crime seja investigado.

"Inclusive encaminhando projétil que foi extraído do corpo da vítima, do animalzinho juntamente com as imagens com o objetivo da delegada instaurar o inquérito policial para apurar o crime ambiental demonstrado com o agravante de óbito e ao mesmo tempo o disparo de arma de fogo em via pública dentro desse contexto", disse Sebastião Uchôa.

Com as provas, a expectativa é identificar o policial civil que estava na operação e atirou contra a cadela.

Ele deve responder por maus tratos. Conforme a lei de crimes ambientais, a pena varia de dois a cinco anos prisão e pode ser aumentada por causa da morte do animal, isso além de multa e das penalidades administrativas.

O representante da Comissão de Defesa dos Direitos dos Animais da OAB pontua que o policial deve responder pelo crime. "Em branco não pode ficar. Uma coisa é certa. Pela natureza da descrição e aquele animal que tinha sido cirurgiado já, estava gestante, tinha acabado de dar aquela cria, me parece pelo que eu já levantei já preliminarmente, não colocava em risco a ninguém. Precisa responder pelo excesso pra não gerar impunidade e que fique de lição para os demais policiais que eles são protetores da sociedade e do meio ambiente".

A forma como a cadela foi morta comoveu as pessoas. Muitas se candidataram a adoção, mas, antes, vai ser pelo menos um mês de cuidados e amor para tentar apagar tanta crueldade."Como protetora não posso aceitar. Porque você poderia dar um tiro pra cima, um tiro no chão, um tiro na pata, mas não atirar de tal forma que rompesse toda uma coluna vertebral e o animal entrasse em óbito na mesma hora. Não tem justificativa. Ela estava defendendo as crias, é do instinto materno. É defender as suas crias, é proteger do perigo, mesmo que pra isso ela pague com a vida.", desabafou Karina Leda.

A Delegacia de Meio Ambiente disse que o inquérito policial já foi instaurado, que os envolvidos na ocorrência estão sendo ouvidos e que os fatos estão sendo apurados com a máxima celeridade.

Medidas restritivas contra a Covid-19 mantidas no Maranhão

Em coletiva na manhã desta quinta-feira (1), no Palácio dos Leões, o governador Flávio Dino anunciou a continuidade das medidas de restrição contra o coronavírus. O objetivo é conter o avanço da doença, reduzir os números de óbitos e os riscos de contágio. Na ocasião, o governador atualizou o cenário de pandemia no Maranhão e anunciou entrega de mais leitos para tratamento da Covid-19. As restrições vão valer até dia 11 de abril.

Em todo o estado, eventos, festas, reuniões e afins permanecem suspensos, e a administração pública estadual vai funcionar com 50% da capacidade e em regime de revezamento.

Somente na Grande Ilha, comércio e indústria funcionam das 9h às 21h; bares, restaurantes, supermercados, academias, salões e igrejas, com 50% da capacidade, e também das 9h às 21h; pessoas que compõem os grupos de risco devem ser afastadas do trabalho (público e privado); as fiscalizações também estão mantidas.

Na próxima semana, o Governo reunirá com representações da rede particular de ensino, para antecipação total ou parcial das férias de julho. "Conversamos com entidades de escolas, pais e alunos, que nos procuraram. Estamos examinando a solicitação e teremos uma decisão na semana que vem", pontuou o governador Flávio Dino.

O governador ressaltou que, de acordo com o cenário que se apresentar após o novo prazo de restrições, as medidas podem ser flexibilizadas ou ampliadas. Nova coletiva está marcada para a sexta-feira (9).

Cenário da pandemia O Maranhão permanece como o estado do País com o menor número de mortes por Covid-19. "Este é um mapa não é elaborado por nós, do Governo, mas pela imprensa, que constata o nosso Estado como o de menos mortes por coronavírus", enfatizou o governador Flávio Dino.

Para conter avanço da doença e reduzir cada vez mais os riscos de contágio e de óbitos, o Governo do Estado vem investimento fortemente na área da saúde. Os recursos ultrapassam o mínimo legal de 12% da receita estadual - chega a 15,11% e representa 25% a mais em investimentos. "Continuamos investindo e vamos sempre investir

mais que este índice legal de 12%", reforçou o governador.

Mais leitos Esta semana, a gestão entregou 105 novos leitos com a implantação do Hospital de Campanha de São Luís (60), anexo da Maternidade de Alta Complexidade (10) e no Hospital de Referência, antiga UPA, em Bacabal (35).

Este ano, já somam 955 novos leitos criados, clínicos e de UTI, para tratamento da doença.

Em contrapartida, a ocupação de leitos na rede estadual teve redução. Diminuíram as ocupações dos leitos de UTI de 95% para 85%; e os clínicos, de 82% para 71%. "Está afastado o risco de colapso da rede de saúde estadual, pois temos conseguido abrir novos leitos, na medida em que há casos. Mesmo quem possui plano de saúde, não tem conseguido vaga na rede privada. Então, esse processo de expansão de leitos tem sido decisivo para que possamos sustentar a vida de milhares de maranhenses que lutam contra a doença", pontuou o governador.

Vacinação O governador Flávio Dino reiterou o que a diz a lei sobre as responsabilidades no processo de vacinação, cabendo aos estados, a conservação e a distribuição dos imunizantes. Às prefeituras, cabe a aplicação na população; e ao Governo Federal está a tarefa da fabricação e compra das vacinas.

Citou a compra da vacina Sputnik V, da Rússia, que depende de aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para uso, assim que recebida. A primeira remessa deve ser entregue no segundo semestre de abril. "Estamos com a negociação concluída, com contrato assinado e estamos em busca de outras alternativas para agilizar a vacinação", reforça.

O drive-thru de vacinação para atender moradores de São José de Ribamar e Paço do Lumiar prossegue nesta quinta-feira para pessoas de 67 anos, no Shopping Pátio Norte, das 8h às 16h. Na segunda (5) é a vez das pessoas com 65 anos.

Até o momento, o Maranhão recebeu 1 milhão de doses de vacinas e 117 municípios alcançaram mais de 70% da aplicação, e conforme decreto de Governo, poderão receber novas remessas. As aplicações

correspondem à primeira dose da vacina.

O governador Flávio Dino anunciou que, a partir da segunda-feira (5), equipes da Força Estadual de Saúde do Maranhão (Fesma) vão percorrer 117 cidades, com população abaixo de 100 mil habitantes, que não possuem suporte para as ações de imunização - a vacinação e o registro do uso das doses. Anteriormente, o Governo enviou seringas e agulhas a várias cidades do Maranhão.

"Vamos ajudar as prefeituras que estão em maior dificuldade, enviando nossas equipes.

Estamos abertos a cooperar com todos os municípios. E vamos continuar com a operação de logística, via rodoviária e aérea, para que haja a célere e segura entrega das vacinas", garantiu Flávio Dino.

Apoio à população Para minimizar os impactos financeiros causados pela doença na renda das famílias, o Governo do Estado prossegue com as medidas de reforço ao trabalho e renda. A gestão contabiliza 2,2 milhões de máscaras distribuídas à população. Mais 1 milhão estão em sendo entregues. Em cestas básicas, mais de 370 mil distribuídas em todo o Estado; e com o programa Minha Casa Melhor, recurso de R\$ 600 para compra de eletros, móveis, utensílios e gás de cozinha, que chegará a 45,5 mil famílias carentes.

O Governo ampliou o prazo de pagamento do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). A data foi estendida até dia 10 de maio, com a concessão de desconto de 10% no ato da quitação. Para o pagamento em cotas, pode ser feito em três parcelas. A primeira cota, entre 4 e 30 de junho; a segunda, de 5 a 30 de julho; e a terceira, entre os dias 5 e 30 de agosto.

Ainda, isentou o valor da taxa para abertura de empresas. A estimativa é que 2,5 mil empreendimentos sejam beneficiados, incluindo em maior parte, micro e pequenas empresas.

O prazo da isenção vale para abertura de negócios entre os dias 5 de abril e 4 de julho.

Em 2020, foram 2.421 empresas beneficiadas com a isenção da taxa. (SECAP)

Site: <https://oprogresonet.com/edicao-digital/252/o-progresso--2-de-abril-de-2021>